

Quadro de Acompanhamento do Orçamento para 2015 do Portal Autarquico, DGAL

DESCRIÇÃO	VALORES PREVISTOS ORÇAMENTO INICIAL PARA 2015	VALORES PREVISTOS NO PAF PARA 2015	DESVIO FACE AO PREVISTO	OBSERVAÇÃO/ JUSTIFICAÇÃO
Receitas correntes	20.155.620,17	18.516.109,86	-1.639.510,31	-
Impostos directos	5.457.475,19	5.717.978,54	260.503,35	-
IMI	3.857.129,19	3.857.129,19	0,00	<p>A reavaliação de imóveis pela Autoridade Tributária, o término de isenções concedidas no último grande período de elevado índice de construção civil (2001 a 2005) e a proposta de correcção de coeficientes de localização à Comissão Nacional de Avaliação de Prédios, a enviar para aprovação até ao fim do presente ano e ainda a defesa dos interesses da população do Concelho, são factores que fundamentam a decisão de não aplicação de taxas máximas do IMI.</p> <p>Escolhe o actual executivo em regime de permanência, voltar a não penalizar a generalidade dos municípios e, simultaneamente garantir a obtenção do resultado financeiro previsto no Plano de Ajustamento Financeiro. Esta decisão teve aprovação da proposta n.º 138/2014, aprovada nas reuniões do órgão executivo e deliberativo, através das deliberações n.º 166/2014 de 04/09/2014 e n.º 32/2014 de 17/09/2014, respectivamente.</p> <p>Da proposta aprovada, faz ainda parte a deliberação de aplicação da alínea a) do ponto 1.2 que refere: "A majoração de 30% sobre a taxa aplicável a prédios ou a parte de prédios urbanos degradados para os quais a Câmara Municipal de Santa Cruz tenha determinado a execução de obras de conservação necessárias à correcção de más condições de segurança ou de salubridade..." e ainda, do ponto n.º 1.3 donde consta: "Nos termos do n.º 3. do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, na redação dada pelo artigo 203.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, as taxas previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 são elevadas, anualmente, ao triplo nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas..."</p> <p>Para além da decisão social de não aumentar as taxas para coeficientes máximos, verifica-se que a execução dos primeiros oito meses do ano de 2014, no valor de 2.864.987,42 é superior à média inscrita no PAF e superior à média da cobrança efectiva realizada nos últimos 24 meses.</p> <p>Pelos diversos motivos expostos anteriormente, o valor inscrito no orçamento para 2015 é de € 3.857.129,19. Este valor coincide com o inscrito no PAF, e caso o último quadrimestre de 2014 mantenha o nível de execução dos primeiros oito meses do ano, será inferior às receitas do ano em curso.</p>
IMT	695.735,66	1.074.579,19	378.843,53	<p>Este imposto directo, apesar de municipal, é definido pelo Estado Central.</p> <p>A evolução nos últimos anos tem sido de acentuada quebra, acompanhando o difícil contexto económico-financeiro que o País tem atravessado.</p>
Derrama	1,00	37.500,00	37.499,00	<p>Permanece o executivo municipal convicto que a aplicação da derrama sobre empresas, nesta altura, não é opção. Esta isenção insere-se também na estratégia municipal de apoio ao emprego o que representa uma poupança fiscal para estas empresas, visto que dada a actual crise financeira, o volume de negócios das mesmas tem vindo a baixar substancialmente.</p> <p>O sector empresarial comporta o suficiente pela não existência de verbas para investimento, pelas altas taxas aplicadas pelo Estado Central ao nível do IRC das empresas e demais impostos e contribuições.</p> <p>A não aplicação deste imposto, nesta altura, é o contributo que o município pode dar, com o objectivo de, se não fomentar, pelo menos, não agravar a situação económico-financeira do sector empresarial regional.</p> <p>A previsão do PAF, para 2015, era de € 37.500,00.</p> <p>A isenção de aplicação da derrama foi aprovada, através da aprovação da proposta n.º 140/2014, nas reuniões do órgão executivo e deliberativos, através das deliberações n.º 168/2014 de 04/09/2014 e n.º 34/2014 de 17/09/2014, respectivamente. Acrescente-se que o Município não tem dados que permitam auferir o prever as receitas estimadas pela aplicação deste imposto, tendo solicitado à Autoridade tributária informações que possam fundamentar em consciência a definição da derrama. Até à data, esta informação não foi fornecida.</p>
Outros	904.609,34	748.770,16	-155.839,18	<p>O valor inscrito na proposta de orçamento é de € 974.607,34, tem por base a média mensal dos 24 meses anteriores à elaboração do orçamento para 2015, e é um valor superior ao valor inscrito no PAF, em € 155.837,18.</p>
Impostos indirectos	1.363.859,15	1.216.544,63	-147.314,52	<p>A proposta do orçamento municipal para 2015 deste capítulo inscreve o valor de € 1.363.859,15. Este valor corresponde à estimativa baseada na arrecadação efectiva dos 24 meses precedentes à elaboração do orçamento, acrescido do valor correspondente à Taxa Municipal de Protecção Civil que deverá entrar em vigor no decurso do último trimestre de 2014 e apresenta a previsão anual de € 188.963,00.</p>
Taxas, multas e outras penalidades	284.970,66	348.260,35	63.289,69	Média dos últimos 24 meses inferior ao estimado no PAF
Taxas	204.291,24	235.169,76	30.878,52	
Multas	80.679,42	113.090,59	32.411,17	
Rendimentos da propriedade	7.239,83	23.972,14	16.732,31	Média dos últimos 24 meses inferior ao estimado no PAF
Transferências correntes	6.581.725,91	6.583.152,70	1.426,79	<p>Esta diferença tem como base a diminuição das receitas oriundas do Orçamento de Estado para os municípios desde 2012.</p> <p>Para 2015 foi recuperada a inscrição orçamental dos montantes por transferir da participação de IRS dos anos de 2009 e 2010, de € 1.087.085,00, sem juros de mora.</p> <p>Em sede de auditoria está em curso a instauração de acção judicial com o objectivo de recuperar o valor devido ao Município.</p>

Quadro de Acompanhamento do Orçamento para 2015 do Portal Autarquico, DGAL

Venda de bens e serviços correntes	4.266.949,80	4.417.560,74	150.610,94	Para o capítulo da venda de bens e serviços, a proposta de orçamento para 2015, inscreve o valor de € 4.266.949,80, valor inferior em € 150.610,94 ao previsto no PAF, € 4.417.560,74 e superior ao actual orçamento de 2014, que tem inscrito o montante de € 4.027.055,22.
Venda de bens	2.192.554,98	2.747.723,98	555.169,00	O valor para 2015 foi calculado através da média dos recebimentos efectivos dos últimos 24 meses precedentes à elaboração do orçamento, tendo ainda em conta, na rubrica de venda de água, o aumento de 14 %, correspondente à deliberação da proposta n.º 96/2014, aprovada em reunião do órgão deliberativo de 27 de Junho de 2014.
Serviços	2.037.385,06	1.626.424,71	-410.960,35	
Rendas	37.009,76	43.412,05	6.402,29	
Outras receitas correntes	2.193.399,63	208.640,76	-1.984.758,87	De modo a respeitar o princípio do equilíbrio orçamental, foi incluído o valor de € 2.163.077,66 na rubrica "08.01.99.99 – Outras receitas correntes – diversas", correspondente à dívida corrente.
Receitas de capital	10.515.778,46	1.732.279,60	-8.783.498,86	-
Venda de bens de investimento	4.673.580,11	0,00	-4.673.580,11	Para 2015, o executivo municipal em regime de permanência estima: • A venda de sucata no valor de € 825,00; • A alienação dos terrenos municipais situados no Parque Industrial da Cancela no valor de € 2.100.000,00, cujo processo de alienação encontra-se em instrução à data de elaboração do orçamento; • A concretização de procedimentos que conduzam à alienação de terrenos municipais (legalização dos direitos de superfície) situados no Parque Industrial da Cancela, sob os quais estão construídos armazéns, pavilhões de empresas, no valor estimado de € 1.000.000,00. A efectivação destes procedimentos deverá permitir ainda a arrecadação de impostos não cobrados actualmente; • De modo a respeitar o princípio do equilíbrio orçamental, foi incluído o valor de € 1.325.541,50 na rubrica "09.01.07 – Receitas de capital – venda de terrenos", para possibilitar a inscrição da totalidade da dívida de capital no orçamento. E ainda a venda prevista para 2013 dos imóveis inscritos no PAF, no valor de € 247.212,61.
Terrenos	4.425.541,50	0,00	-4.425.541,50	
Habitações	1,00	0,00	-1,00	
Edifícios	247.212,61	0,00	-247.212,61	
Outros bens de investimento	825,00	0,00	-825,00	
Transferências de capital	693.324,81	1.727.429,00	1.034.104,19	Entende-se por transferências de capital os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital. O PAF estimava para 2015 o valor de € 1.727.429,00 valor exclusivamente adstrito ao Fundo de Equilíbrio Financeiro, componente de capital do Orçamento de Estado. Porém, este valor foi apurado numa conjuntura em que a Lei do Orçamento de Estado de 2011 e 2012 ainda previa valores superiores aos actuais. O Governo Central, para além da diminuição dos valores totais a transferir para a Autarquia, face à situação de desequilíbrio financeiro estrutural e de ruptura financeira do Município, alterou o valor da componente do FEF, de capital, para evitar novos investimentos e contribuir para pagamento de dívida existente. Para além do FEF, o orçamento inicial de 2015, contempla somente a receita consignada ao contrato programa em vigor à data de elaboração do orçamento relativo à Construção da terceira fase do Cemitério do Caniço.
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	409.303,00	1.727.429,00	1.318.126,00	
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	-
Passivos financeiros	5.144.598,57	0,00	-5.144.598,57	O orçamento inicial de 2015 contempla, neste capítulo, os valores correspondentes à terceira e última tranche do empréstimo do PAEL, no valor de € 3.369.773,23 e os valores parciais dos empréstimos do reequilíbrio financeiro, celebrados com o BANIF, S.A., no valor de € 1.774.825,34. À data de elaboração do orçamento, os serviços financeiros encontram-se a justificar a utilização dos valores, facturas e pagamentos da segunda tranche. A utilização da terceira tranche e do remanescente dos empréstimos do REEQUILIBRIO FINANCEIRO, está dependente, dos procedimentos resultantes da auditoria e de eventual pronúncia dos órgãos municipais, visto na generalidade, as facturas por pagar inscritas nos empréstimos, serem respeitantes a trabalhos de construção civil realizados à margem de procedimentos de contratação pública e do respectivo Código da Contratação Pública e da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. O PAF previa a utilização única e integral dos empréstimos do PAEL e REEQUILIBRIO em anos anteriores, pelo que não apresenta valores para 2015.
Outras receitas de capital	4.274,97	4.850,60	575,63	Média últimos 24 meses inferior ao estimado no PAF
Rep. não abatidas nos pagamentos	873,60	171,91	-701,69	Média últimos 24 meses superior ao estimado no PAF
Total receita	30.672.272,23	20.248.561,37	-10.423.710,86	
Receitas correntes	20.155.620,17	18.516.109,86	-1.639.510,31	
Receitas de capital	10.515.778,46	1.732.279,60	-8.783.498,86	

Quadro de Acompanhamento do Orçamento para 2015 do Portal Autárquico, DGAL

	VALORES PREVISTOS ORÇAMENTO INICIAL PARA 2015	VALORES PREVISTOS NO PAF PARA 2015	DESVIO FACE AO PREVISTO	OBSERVAÇÃO/ JUSTIFICAÇÃO
Despesas correntes	22.552.196,48	16.089.671,26	-6.462.525,22	
Despesas com o pessoal	6.569.792,00	6.326.420,39	-243.371,61	A evolução das despesas com pessoal acompanha as imposições legais, desde os cortes nos abonos certos e permanentes, bem como, a imprevisibilidade do pagamento de subsídio de férias e de natal, do aumento da percentagem dos descontos a suportar pela entidade patronal com a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social e aumento e imprevisibilidade dos diversos encargos com a saúde.
Remunerações certas e permanentes	4.792.086,00	4.842.428,62	50.342,62	A imprevisibilidade das medidas impostas pelo Orçamento de Estado desde 2011 a 2014 tendem a subverter a análise das despesas com pessoal. A redução dos abonos variáveis ou eventuais e a diminuição das remunerações certas e permanentes tem-se verificado, ao contrário do acentuadíssimo aumento das despesas com Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações que decorrem das Leis do Orçamento de Estado. Facto interno e concreto é a redução do número de pessoal ao serviço, desde a entrada em vigor do PAF e do Plano de Saneamento Financeiro de 2008.
Abonos variáveis ou eventuais	368.383,00	553.302,82	184.919,82	
Segurança social	1.409.323,00	930.688,95	-478.634,05	
Aquisição de bens e serviços	9.640.382,48	8.491.744,95	-1.148.637,53	
Aquisição de bens	4.083.574,59	3.301.795,21	-781.779,38	O maior peso deste capítulo diz respeito às despesas de fornecimento contínuo, como a compra de água, combustível, electricidade, tratamento e depósito de resíduos, manutenção e aluguer operacional de viaturas, transportes escolares e arrendamentos. A maioria destas despesas não dependerá de conduta exclusiva da câmara, como a gestão do sector das águas, resíduos e electricidade, implicando, para além da reestruturação interna dos serviços, uma acção concertada com entidades externas, bem como, a necessidade de investimento de manutenção e controlo de informação das diversas redes e infraestruturas. O Orçamento para 2015 apresenta uma acentuada diminuição do orçamento da despesa, no que toca à aquisição de bens. Em 2014, o orçamento contempla a despesa de 7,8 milhões de euros. Em 2015, o valor previsto é de € 4.083.574,59, menos 3,7 milhões de euros.
Aquisição de serviços	5.556.807,89	5.189.949,74	-366.858,15	Face ao plano de ajustamento financeiro, o valor do orçamento de 2015 está acima do previsto, em 23,6%, ou 781.779,38 euros. Quanto à aquisição de serviços, o orçamento para 2015 apresenta o valor de € 5.556.807,89, montante inferior ao orçamentado no mesmo capítulo no ano em curso em 4,9 milhões de euros. Face ao PAF, o orçamento de 2015 apresenta um excesso de € 366.858,15. O valor da dívida por pagar e a não utilização integral dos empréstimos do PAEL e REEQUILIBRIO ainda influencia os valores a orçamentar.
Juros e outros encargos	5.871.072,00	996.363,00	-4.874.709,00	
Resultantes do PAEL	509.657,00	901.596,00	391.939,00	Incluem-se neste capítulo as despesas de juros decorrentes da execução de empréstimos e estimativa juros decorrentes do não pagamento dentro dos prazos de pagamentos legais e/ou definidos em legislação específica.
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	262.199,00	84.327,00	-177.872,00	A previsão do pagamento de juros para empréstimos é de € 771.856,00. Para 2015, ainda neste capítulo foi prevista uma dotação orçamental de € 5.099.216,00 para o registo e processamento de juros de mora.
Resultantes de endividamento de curto prazo	5.099.216,00	10.440,00	-5.088.776,00	A situação de ruptura financeira, o valor da dívida, o desfazamento temporal entre a candidatura ao PAEL e a sua aprovação, e a não utilização integral dos empréstimos são motivos que conduziram ao valor de juros de mora inscrito para 2015.
Transferências correntes	310.502,00	43.696,29	-266.805,71	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	A orçamentação dos contratos celebrados com as Freguesias do Concelho, no valor anual de € 125.000,00, tendo por base o regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, mediante aprovação da proposta n.º 37/2014, pelo órgão executivo, através da deliberação n.º 61 de 17/04 e pelo órgão deliberativo, a 29/04/2014, através da deliberação n.º 16/2014, foram celebrados Contratos interadministrativos e respectivos acordos de execução. Estes contratos têm prazo de execução coincidente com o mandato em curso.
Freguesias	125.001,00	0,00	-125.001,00	A orçamentação do Fundo de Emergência Social, componente corrente, através do apoio para famílias carenciadas, no valor de € 135.500,00;
Associações de municípios	0,00	0,00	0,00	As transferências/subsídios para escolas sob a responsabilidade do Município, no valor estimado de € 50.000,00;
Instituições sem fins lucrativos	1,00	0,00	-1,00	
Famílias	135.500,00	0,00	-135.500,00	
Outras	50.000,00	43.696,29	-6.303,71	
Subsídios	5.000,00	0,00	-5.000,00	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	5.000,00	0,00	-5.000,00	Estima-se o encerramento da empresa municipal ainda no decorrer do ano de 2014. A Empresa Municipal entrou em processo de dissolução. Deliberação de Assembleia Municipal de 26/02/2014.
Famílias	0,00	0,00	0,00	
Outros	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas correntes	155.448,00	231.446,63	75.998,63	
Despesas de capital	8.119.202,15	4.297.683,84	-3.821.518,31	

Quadro de Acompanhamento do Orçamento para 2015 do Portal Autárquico, DGAL

Aquisição de bens de capital	4.197.162,03	1.727.429,00	-2.469.733,03	
Investimentos	370.701,25	600.000,00	229.298,75	O Plano de Ajustamento Financeiro apresenta o valor para 2015 de despesas com Investimento de € 1.727.429.
Terrenos	1,00	0,00	-1,00	O orçamento para 2015, apresenta como projectos de investimento novos:
Habitacões	0,00	0,00	0,00	<ul style="list-style-type: none"> • Actualização de sistema biométrico – hardware/software: € 9.999,00 • Execução de rede de água potável nas Eiras/Figuerinhas, Camacha: € 150.000,00 • Substituição da Cobertura do Quartel dos Bombeiros Municipais de Santa Cruz: € 45.652,00; • Aquisição de rede informática estruturada: € 100.000,00 • Fornecimento e aplicação de betuminoso: € 10.000,00; • Repavimentação do Caminho da Relação, Santa Cruz: € 52.500,00; • Repavimentação do Caminho da Ribeira do Eixo, Santa Cruz: € 42.000,00;
Edifícios	230.741,85	100.000,00	-130.741,85	Os novos projectos representam o valor total de € 410.151,00.
Construções diversas	1.221,00	400.000,00	398.779,00	O valor global deste capítulo é de € 4.197.162,03.
Outros	138.737,40	100.000,00	-38.737,40	Com excepção do valor de € 284.018,71 que corresponde ao procedimento de concurso da Construção da 3.ª fase do Cemitério do Caniço que deverá ser utilizado totalmente até ao fim do ano de 2014, e por consequência retirado do orçamento de 2015, em sede de revisão orçamental), o orçamento de 2015, ainda apresenta a dívida e as facturas por pagar, como maior factor da dotação orçamental apresentada.
Locação financeira	0,00	0,00	0,00	Realça-se que, do valor correspondente a facturas por pagar, a maioria, à data da elaboração do orçamento, estão no integradas no processo de auditoria de gestão aos anteriores mandatos.
Bens de domínio público	3.826.460,78	1.127.429,00	-2.699.031,78	Em resumo:
				<ul style="list-style-type: none"> • Total do capítulo 07 – Aquisição de bens de capital: € 4.197.162,03; • Novos projectos: € 410.151,00, (e que correspondem a 9,77% do valor orçamentado); • Construção da 3.ª fase do Cemitério do Caniço: € 284.018,71 (com previsão de conclusão até 31/12/2014); • Dívida orçamentada: € 3.502.992,32.
Transferências de capital	120.001,00	0,00	-120.001,00	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	-
Freguesias	0,00	0,00	0,00	-
Associações de municípios	0,00	0,00	0,00	-
Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	-
Famílias	120.001,00	0,00	-120.001,00	O valor inscrito para 2015, apesar de não previsto no Plano de Ajustamento Financeiro, elaborado em 2012, tem a finalidade de apoiar, ao nível da reconstrução e requalificação de habitações próprias permanentes, de famílias carenciadas.
Outras	0,00	0,00	0,00	-
Activos financeiros	157.483,00	102.799,84	-54.683,16	Este capítulo, nos anos anteriores, contemplava somente os valores das quotas que o Município suportava com a Associação Nacional de Municípios Portugueses e com a Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira. Porém, face à situação financeira dos Municípios portugueses, e quiçá do Estado Central, foi o Município de Santa Cruz informado, que terá de compartilhar no capital social do novo Fundo de Apoio Municipal (FAM), no valor total de € 1.001.866,08, apesar de não ter intenções de participar na sua utilização, de modo a não ter de aplicar um terceiro plano de austeridade para com os municípios e empresas do concelho. Este montante será pago em sete anos, no valor anual de € 143.124,00. Não podemos deixar de referir, que o valor da comparticipação para 2015 representa cerca de 35% do valor nos novos projectos de investimento inscritos para 2015.
Passivos financeiros	2.505.242,00	2.467.455,00	-37.787,00	A estimativa de pagamentos relativos a amortização de capital dos diferentes empréstimos, pela incorporação dos empréstimos do PAEL e do REEQUILIBRIO FINANCEIRO e pela lateração residual dos planos de pagamento dos empréstimos pelas instituições financeiras, vem alterar os pressupostos elaborados em 2012 em € 37.787,00. O total previsto para pagamento de despesas com amortização de empréstimos é de € 2.505.242,00.
Resultantes do PAEL	842.443,00	844.076,00	1.633,00	
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	1.662.799,00	1.623.379,00	-39.420,00	
Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	0,00	0,00	-
Outras despesas de capital	1.139.314,12	0,00	-1.139.314,12	Este capítulo, por natureza, residual, apresenta para 2015, o valor de € 1.139.313,12, correspondente a diversas acções judiciais, cujas facturas foram devolvidas, no respeito pela Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e que também se encontram pendentes da resolução da auditoria de gestão.

Quadro de Acompanhamento do Orçamento para 2015 do Portal Autárquico, DGAL

Total despesa	30.671.398,63	20.387.355,10	-10.284.043,53	De acordo com os princípios e regras contabilísticas inscritas no POCAL e em conjugação com as instruções das instâncias tutelares, o orçamento é o necessário ao registo da dívida existente (adequando o valor da contabilidade orçamental à contabilidade patrimonial), ao pagamento das despesas obrigatórias dos vencimentos, empréstimos e à realização das despesas de fornecimento contínuo, como a compra de água, electricidade, tratamento dos resíduos sólidos. Somente o apoio social, a aquisição de material para administração directa dos serviços do município e algumas, poucas intervenções localizadas e urgentes farão parte do orçamento e da actividade do município para 2015.
Despesa corrente	22.552.196,48	16.089.671,26	-6.462.525,22	
Despesa de capital	8.119.202,15	4.297.683,84	-3.821.518,31	
Saldo (Receita - Despesa)	873,60	-138.793,73	-139.667,33	

a) Incluir os montantes já realizados no 2º semestre do ano e os estimados até ao final do mesmo.

b) A desagregar pelo número de anos previsto para o empréstimo

O Presidente da Câmara

Filipe Martiniano Martins de Sousa